

**A política externa da ditadura brasileira durante os
“anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do
“Brasil Potência” na América Latina**
Ananda Simões Fernandes¹

Resumo:

Este artigo pretende analisar a política externa durante os “anos de chumbo” da ditadura brasileira a partir da lógica das conexões repressivas estabelecidas entre este regime e os demais países da América Latina. Amparado na noção de “Brasil Potência” e na sistematização e qualificação do aparato repressivo, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, a ditadura brasileira passou a exportar técnicas repressivas e a intervir na região, apoiando golpes de Estado.

Palavras-chave: Ditadura brasileira. “Anos de chumbo”. Política externa.

Abstract:

This article intends to analyse the extern politics during the “years of lead” of the Brazilian dictatorship from the logic of the repressive connections established between this regime and too many countries of the Latin America. Supported in the notion of “Brazil Power” and in the systematization and qualification of the repressive pomp, principally after the announcement of the Institutional Act nº 5, a Brazilian dictatorship started to export repressive techniques and to intervene in the region, supporting *coups d'état*.

Keywords: Brazilian dictatorship. “Years of lead”. Extern politics.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. anandasimoesf@yahoo.com.br.

O marechal Castelo Branco, após o golpe de Estado de 31 de março de 1964, tentou implementar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional no país, tanto no plano interno quanto no externo. Em relação à política externa brasileira, a ditadura Castelo Branco foi orientada, sobretudo, pelas “fronteiras ideológicas”, ou seja, diante da ameaça e da expansão do comunismo, as fronteiras territoriais e nacionais não eram mais válidas. Na lógica da Guerra Fria, estas poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça.

A política externa também foi pautada pelo princípio de que a preservação da independência nacional pressupunha a aceitação de um grau de interdependência – econômica, política e militar – com os Estados Unidos. Dessa forma, a política externa do governo Castelo Branco foi pautada pelas diretrizes norte-americanas, rompendo com a Política Externa Independente iniciada no governo Jânio Quadros e prosseguida durante o período João Goulart. Seguindo a “teoria dos círculos concêntricos”,² a política externa enfatizou a manutenção de relacionamentos com os países do bloco capitalista, destacadamente os latino-americanos, aceitando o papel dos Estados Unidos como líder e defensor dos valores do mundo ocidental e cristão.

Assim, é importante destacar que a primeira medida tomada pelo novo regime foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba. E dentro dessa tendência, a ditadura brasileira esteve em negociações com o governo norte-americano para o envio de tropas ao Vietnã, em 1964, “quando Castelo Branco trocou cartas com Lyndon Johnson, manifestando solidariedade à política desenvolvida pelos Estados Unidos no sudeste asiático” (MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000, p. 189).

Nessa perspectiva, dois países sofreram a ingerência da política externa brasileira, em 1964: o Uruguai e a Bolívia. A pressão brasileira no

² Os “círculos concêntricos” eram áreas estratégicas em que o Brasil deveria intervir (através de alianças e/ou pressão militar) em casos de ameaça à estabilidade do seu governo. O “círculo concêntrico” do Atlântico Sul era formado pelos vizinhos Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela; o “círculo” da margem do Atlântico referia-se ao litoral do continente africano; e o “círculo” do norte seria em função de conter a Revolução Cubana.

Uruguai tornou-se bastante plausível devido ao fato desse país estar abrigando um grande número de exilados, dentre eles, o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Assim, desde 1964 o Uruguai passou a ser observado com muito interesse, em virtude também da posição geopolítica e geoestratégica ocupada na região platina. O descontentamento com o tratamento que os exilados recebiam das autoridades daquele país propiciou que possíveis planos de invasão fossem arquitetados a partir dos primeiros meses da ditadura brasileira.

Em novembro de 1964, um golpe derrubou o presidente da Bolívia, Paz Estenssoro, liderado pelo seu vice-presidente, o general René Barrientos. Isto acabou, em grande parte, sendo consequência da política adotada por Paz Estenssoro, quando passou a fortalecer o Exército em detrimento das milícias operárias e camponesas. No período de 1960 a 1964, a Bolívia começou a enviar os seus oficiais aos Estados Unidos para receberem treinamento nas escolas militares, onde lhes foi ministrado o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional. O golpe de Estado foi dado após Paz Estenssoro tentar se manter no poder através de uma fraude eleitoral. Como denúncia a esse episódio, foi deflagrado um movimento insurrecional liderado pelos centros mineiros, levando o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general Ovando Candia, a assumir o governo provisoriamente, pois o presidente havia fugido para Lima. Desse modo, a disputa pelo poder se dividiu em três setores: os mineiros, os camponeses (leais a Paz Estenssoro) e os militares, liderados por Ovando Candia e René Barrientos.

Dessa forma, os Estados Unidos, com o apoio do Brasil, a fim de impedir que os setores radicalizados chegassem ao poder, queriam a instalação de uma ditadura na Bolívia, o que acabou por ocorrer, quando o golpe foi dado pelo vice-presidente. E a ditadura brasileira, juntamente com o governo argentino, prontamente reconheceu o governo do general René Barrientos.

No ano de 1965, o Brasil optou por integrar a Força Interamericana de Paz, quando dois terços dos votos dos países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiram pela intervenção na República Dominicana. Os Estados Unidos já haviam invadido de forma unilateral o

país, ressuscitando, de certa forma, a política do *big stick*³ para a América Central. O presidente norte-americano, Lyndon Johnson, argumentou que ordenara o desembarque dos *marines* na República Dominicana porque os países americanos “não podem, não devem e não permitirão o estabelecimento de outro governo comunista” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 218). Porém, isto acabou gerando repercussões negativas no cenário internacional, o que fez com que os Estados Unidos convocassem a votação da OEA. A República Dominicana estava vivendo uma guerra civil, pois houvera um levante popular com apoio de setores militares legalistas para reconduzir ao poder o ex-presidente Juan Bosch, que fora eleito em 1963. Entretanto, ao dar início a reformas estruturais no país, acabou sendo deposto sete meses depois por um golpe de Estado apoiado pelo governo norte-americano. Além disso, a República Dominicana estava na rota do petróleo que saía da Venezuela e ia para os Estados Unidos.

O Brasil enviou um contingente de 1.100 soldados para compor a Força Interamericana de Paz.⁴ Inclusive, esta foi comandada por um oficial brasileiro, o general Hugo Penasco Alvim, enquanto que o comandante das tropas brasileiras foi um dos principais formuladores da percepção geopolítica do governo e responsável pela Diplomacia do Interesse Nacional, o general Carlos de Meira Mattos. A participação brasileira nessa ação foi a consumação do conceito de “fronteiras ideológicas”; o próprio Castelo Branco referiu-se a elas no discurso oficial em que justificou perante o povo brasileiro a participação na invasão da República Dominicana.

Posteriormente, a ditadura brasileira encontrou na Argentina um importante aliado na defesa das “fronteiras ideológicas”. Nesse sentido, destacou-se, particularmente, o general Juan Carlos Onganía, Comandante-em-Chefe do Exército, que lideraria o golpe de Estado naquele país em 1966.

³ A política do big stick (Grande Porrete) foi aplicada pelos Estados Unidos durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909). Foi utilizada principalmente para os países da América Central, numa clara demonstração do imperialismo norte-americano. Seu objetivo era garantir os interesses econômicos dos Estados Unidos na região através do uso da violência e da opressão, se necessário.

⁴ El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Honduras (além dos Estados Unidos) também enviaram tropas.

Quando da sua visita ao Brasil, em 1965, Onganía, em seu pronunciamento, se referiu à existência de uma “América militar”, e “defendeu o estabelecimento de uma aliança entre os Exércitos da Argentina e do Brasil, a fim de constituir o núcleo de uma força interamericana e circundar os dois países com uma *fronteira ideológica*, como medida preventiva contra a expansão do comunismo” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 221). Assim, o primeiro país a sofrer ingerência devido à confluência de interesses militares entre o Brasil e a Argentina foi o Uruguai, que ocupa uma posição estratégica entre estes dois países. Efetivamente, em 1965 houve um acordo promovido entre o então ministro de Guerra do Brasil, o general Costa e Silva, e o chefe do Exército argentino, o general Onganía, para ambos os países intervirem militarmente no Uruguai se a atividade sindical neste país persistisse.

Entretanto, a partir de 1967, o Brasil começou a abandonar a idéia das “fronteiras ideológicas” e as tentativas de institucionalizar a Força Interamericana de Paz. As próprias Forças Armadas brasileiras eram contrárias a esse órgão, pois consideravam que suas funções ficariam restritas à manutenção da ordem interna do país e, de certa forma, haveria subordinação aos Estados Unidos. Além disso, o envio de tropas brasileiras para a República Dominicana desgastou a imagem do governo Castelo Branco, e este, ao saber que não conseguiria os dois terços dos votos da OEA necessários à criação da Força Interamericana de Paz, desistiu da proposta. Dessa maneira, com a ascensão de Costa e Silva à presidência, houve uma mudança de orientação em relação à política externa brasileira: a interdependência, as “fronteiras ideológicas” e a “segurança coletiva” (proposta pelos “círculos concêntricos”) foram abandonadas, restaurando o “interesse nacional como fundamento de uma política externa soberana” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 238). Portanto, a defesa das instituições nacionais contra a “subversão” e o “avanço do comunismo” era de responsabilidade das Forças Armadas de cada país agredido, renunciando-se, então, à “segurança coletiva”; mesmo com a realização da Conferência Tricontinental, em 1966, e com o surgimento da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, ambas em Havana, na qual prevaleceu a estratégia do foco guerrilheiro, nas emblemáticas palavras de Ernesto Che Guevara: “criar um, dois, três Vietnãs”.

Desse modo, conforme Moniz Bandeira, o governo Costa e Silva, ao abandonar as “fronteiras ideológicas” pôs fim “à tese de institucionalização dos mecanismos continentais de defesa coletiva contra a subversão, por não acrescentarem eficácia aos meios de controle disponíveis e poderem até desfigurar a ‘imagem dos verdadeiros compromissos de solidariedade continental já obtidos’” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 236). Assim, o abandono das “fronteiras ideológicas”, a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a qualificação e quantificação da repressão – com suas bases já assentadas por meio de vários mecanismos considerados “legais” – e a emergência do “Brasil potência” iriam configurar uma nova etapa na política externa brasileira durante os “anos de chumbo”.

“Anos de chumbo” no Brasil: as conexões repressivas com a região

Os “anos de chumbo” no Brasil, decorrentes da maturação de um processo que, paulatinamente, tendia ao aumento do uso da violência e da força, foi o período de sistematização e generalização das práticas repressivas, como tortura, seqüestros, assassinatos e desaparecimentos. Mas, para se compreender esse aumento repressivo no regime, é imprescindível não esquecer o “milagre econômico”, que ocasionou que as camadas médias e altas passassem a legitimar o regime (e logo, a repressão) e também levando à pauperização cada vez maior das camadas pobres da população brasileira.

Essas diretrizes estabelecidas pela ditadura durante seus “anos de chumbo” também repercutiram na sua política externa. Aliando um alto patamar de repressão e de projeção de desenvolvimento econômico, a ditadura brasileira estendeu-se pelo restante do Cone Sul, interferindo na política interna de vários países e apoiando golpes contra-insurgentes de Segurança Nacional, casos da Bolívia, do Uruguai e do Chile.

O abandono das “fronteiras ideológicas”, durante o governo Costa e Silva, não significou desinteresse da ditadura brasileira com a política interna de seus vizinhos do Cone Sul. A orientação da política externa brasileira nos seus “anos de chumbo” (1968-1974) passou a ser pautada

pela qualificação da repressão no embate interno e no desenvolvimento econômico em curso. Conforme Jean-Baptiste Duroselle (MILZA, 1996) não há aspecto de política interna que não repercuta no externo; também é importante citar Joseph Comblin (1978) quando aponta que, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, o mesmo “inimigo interno” pode estar situado tanto dentro quanto fora do país. Portanto, a ditadura brasileira, além de se preocupar com seus “inimigos” – nesse período, principalmente os integrantes da luta armada –, preocupava-se também com movimentos guerrilheiros nos outros países. Este foi o caso do *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T), no Uruguai, e do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), no Chile, ambas organizações de luta armada; dos próprios governos eleitos dentro da lógica democrático-burguesa, como o governo nacionalista de Juan José Torres (Bolívia) e o governo socialista de Salvador Allende (Chile); ou, ainda, partidos criados também na lógica democrática, mas com orientação socialista, como o *Frente Amplio* (Uruguai). Enfim, o Brasil estava alerta diante de todo e qualquer movimento que pudesse desestabilizar e ameaçar seus interesses ideológicos e econômicos, dentro da sua concepção geopolítica de expansão sobre o Cone Sul:

“Sob um regime autoritário, que executava uma política interna de segurança e a reprimir todo movimento de contestação, ele tenderia, incoercivelmente, a exportar a contra-revolução, intervindo *manu militari* ou por outro qualquer meio, além de suas fronteiras” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 237).

A renúncia à utilização da justificativa das “fronteiras ideológicas” nas intervenções em outros países também se explica pela rejeição do conceito de “interdependência”, que havia sido abandonado por Costa e Silva. Durante o governo Médici, essa postura seria ratificada, pois, conforme o ditador, esta somente poderia existir entre os países que já houvessem atingido “os estágios prévios de soberania política e de emancipação econômica” (DIAS, 2001, p. 3688). Para tal, baseando-se na projeção desenvolvimentista do “milagre econômico”, a ditadura brasileira tentava

ultrapassar o patamar de potência regional e atingir a posição de grande potência.

Na concepção geopolítica dos “anos de chumbo” a necessidade de se projetar internacionalmente como “Brasil potência” reforçaria os “Objetivos Nacionais” propalados pela Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, “a base do sistema deve ser o desenvolvimento, que deve fornecer os meios indispensáveis ao reforço do poder nacional”, conforme o general Meira Mattos (COMBLIN, 1978, p. 67), um dos principais geopolíticos responsáveis pela elaboração das diretrizes da política externa nesse período, conhecida como “Diplomacia do Interesse Nacional”. Para muitos autores, o peso político, econômico e diplomático que a ditadura brasileira exercia na região deveu-se ao fortalecimento do poder nacional via Produto Nacional Bruto (PNB). Entretanto, é importante chamar a atenção para o binômio “segurança-desenvolvimento”, proposto pela doutrina McNamara, em 1968. Na reelaboração brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, a busca da legitimidade da ditadura deu-se através do desenvolvimento econômico e da segurança interna, sendo interessante constatar que o ápice desses dois elementos legitimadores ocorreu nos “anos de chumbo”. Assim, a qualificação e a quantificação da metodologia repressiva interna somaram-se à política externa da ditadura, transformando-se em ações de interferência direta do Brasil em outros países e também de exportação de técnicas repressivas, a fim de combater governos e movimentos considerados hostis aos seus projetos de expansão ideológica e econômica.

Uma das formas de governo que a ditadura brasileira precisava combater era a dos militares nacionalistas, presente, em 1968, no Peru, sob a presidência de Juan Velasco Alvarado. Apesar de muitos desses militares terem sido treinados nos Estados Unidos (inclusive o próprio presidente), sob a orientação da Doutrina de Segurança Nacional, abdicaram dessa doutrina e da sua integração no sistema hemisférico de segurança coletiva contra a subversão e optaram por direcionar seu governo para linhas desenvolvimentistas e nacionais. Os Estados Unidos, a fim de impedir a proliferação dos militares nacionalistas, lançaram, em 1969, o Informe

Rockefeller⁵ que, entre outros aspectos, dava destaque à sua política de luta contra-insurgente na América Latina.

O relatório distingue dois grandes perfis de militares latino-americanos. Por um lado, os “garantidos” – identificados com a linha brasileira –, que devem ser apoiados, e os militares “nacionalistas” – denominados também de “peruanistas” –, que devem ser combatidos. Os “brasileiros” são os que recorrem ao autoritarismo somente para evitar os conflitos sociais e econômicos, almejando a estabilidade política, além de visar um controle militar para melhorar a sociedade. Estão transitoriamente no poder, tentando voltar à normalidade constitucional. Por outro lado, estão os “peruanistas”, militares “que estão decididos a uma mudança rápida, o que os expõe a aceitar qualquer direção doutrinária” (COMBLIN, 1978, p. 147). Em realidade, possuem propostas de reformas sociais e nacionalistas. Os militares brasileiros, além de exportar a Doutrina de Segurança Nacional para os demais oficiais da região, passaram a combater os “peruanistas”, como foi o caso da Bolívia, quando o militar nacionalista Juan José Torres chegou à presidência, em 1970.

A ditadura brasileira não poderia permitir experiências de esquerda que pudessem desestabilizar seu Estado de Segurança Nacional, assim como atrapalhar seus interesses econômicos. Conforme Moniz Bandeira (1993, p. 244):

A repressão, que o governo de Médici internamente intensificara contra toda e qualquer oposição ao regime militar, tendia, por conseguinte, a projetar-se sob outros países da América do Sul, sob a forma de intervenções mais ou menos encobertas, sem apelo à justificativa doutrinária das “*fronteiras ideológicas*”.

Desse modo, em 1971, o Brasil apoiou a derrubada do general Juan José Torres. Este havia sido chefe das Forças Armadas bolivianas, durante a ditadura do general Alfredo Ovando Candía. A fim de evitar um golpe de Estado pelo então presidente Ovando, trabalhadores, camponeses e

⁵ El Informe Rockefeller. Marcha, Montevideo, 2. sección, 28 nov. 1969, p. 1-3.

estudantes organizaram um levante popular, conduzindo Juan José Torres à presidência da Bolívia. Durante seu breve governo, houve a nacionalização das minas, a criação de um banco nacional, a expulsão de agências norte-americanas, entre outros. Essas medidas levaram os Estados Unidos e o Brasil a apoiarem um golpe de Estado contra o presidente, liderado pelo general Hugo Banzer, em 1971, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional.

A ditadura brasileira vinha monitorando o desenvolvimento da conspiração golpista contra Torres. Na primeira tentativa de Banzer (fracassada), os setores golpistas foram rendidos; um major e seis capitães solicitaram asilo político na Embaixada brasileira, sendo mandados para São Paulo, voltando, posteriormente, de forma clandestina, à Bolívia. Diante dessas atitudes, o general Torres expulsou o embaixador brasileiro, Hugo Bethlem, que acusava o presidente boliviano de planejar “o imediato estabelecimento de uma ditadura socialista na Bolívia, com ajuda direta do comunismo soviético” (GASPARI, 2004, p. 347). Além disso, o Brasil também contribuiu com dinheiro, armas, aviões, soldados, assim como cedendo bases de treinamento próximas da fronteira. Já a segunda tentativa de golpe liderada por Banzer, em 1971, na qual Juan José Torres foi deposto,

contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares, sem ocultar as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 245).

Com a instauração da ditadura do general Hugo Banzer, na Bolívia, em 1971, o Uruguai passou a ser percebido como um dos maiores problemas para o governo brasileiro. Além da intensa atuação dos grupos armados – como o MLN – o surgimento do *Frente Amplio* fez com que as preocupações anti-subversivas regionais do Brasil se deslocassem para esse país, dentro da perspectiva de expansão ideológica da segurança nacional.

A irrupção do *Frente Amplio* no cenário político uruguaio assustou o governo norte-americano e a ditadura brasileira, pois, poucos meses antes, a coalizão de esquerda *Unidad Popular* havia sido vitoriosa nas eleições presidenciais chilenas. Inseridas na lógica democrático-burguesa, as frentes populares (como os casos do *Frente Amplio* e da *Unidad Popular*) eram menos vulneráveis à retórica e aos argumentos anti-subversivos usados na luta contra as guerrilhas.

Desse modo, o Uruguai era visto como um cenário de destaque para a política externa brasileira. As atuações dos grupos armados e a formação do *Frente Amplio* – com o precedente bem-sucedido no Chile – afetavam, conforme parecer da ditadura, sua segurança nacional e sua estabilidade interna, conforme destacava o editorial de *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1971, transcrito no semanário *Marcha*:

Lo que ocurre en Uruguay está lejos de ser un asunto interno de ese pequeño país enclavado entre dos grandes potencias de América Latina, Brasil y la Argentina. Dentro de los cuadros continentales y hemisféricos, lo que allí ocurre afecta a la seguridad nacional de sus vecinos. Es natural, pues, que los gobiernos responsables y las opiniones públicas de los países latinoamericanos más directamente interesados acompañen con creciente preocupación la crisis uruguaya, que hoy está prácticamente institucionalizada.⁶

Além das tentativas de intimidações contra militantes e simpatizantes da frente, e da suposta ajuda na fraude eleitoral, a ditadura brasileira montou um plano de invasão à Montevideú. Tal plano ficou conhecido, nos meios militares, como Operação Trinta Horas, e seria executado caso o *Frente Amplio* ganhasse as eleições. As denúncias da montagem dessa operação chegaram ao Uruguai através de informes da Embaixada argentina. Coube a Paulo Schilling relatar a elaboração desse plano nas páginas de *Marcha*. Criticado por ter escrito essas reportagens no “calor dos acontecimentos”, as denúncias feitas por Schilling seriam

⁶ SCHILLING, op. cit., p. 13.

Ananda Simões Fernandes

corroboradas posteriormente pelo depoimento do coronel brasileiro Dickson Grael, oficial que apoiou o golpe de 1964, mas, desiludido com o rumo que a ditadura brasileira começou a tomar, resolveu denunciar algumas ações do regime. Dentre elas, Grael (1985) relata na sua obra, o projeto de invasão ao Uruguai, em 1971.

A Operação Trinta Horas teria sido montada dentro do III Exército. Na época, o coronel Dickson Grael servia na qualidade de oficial do Estado-Maior do Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria e, depois, como Comandante do 22º Grupo de Artilharia de Campanha, ambos sediados em Uruguiana, fronteira com a Argentina. Grael destaca a questão de que as autoridades militares vigiavam de perto a situação interna do Uruguai, devido à concentração de exilados brasileiros nesse país, e também por causa dos grandes comícios e concentrações da esquerda que se realizavam junto à fronteira Brasil-Uruguai.

Grael foi transferido, em dezembro de 1969, por ordem do ministro do Exército, para a 2ª Divisão de Cavalaria. Ali, conforme o coronel:

No início de 1971 fui designado para efetuar um primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas por aquela divisão, visando sua participação em um plano de intervenção militar no Uruguai. Tal fato deveria ocorrer caso a chamada Frente Ampla viesse a vencer as eleições a terem lugar, naquele ano, no país vizinho (GRAEL, 1985, p. 15).

De acordo com Grael, o comandante do III Exército, o general Breno Borges Fortes, teria se deslocado pessoalmente para assistir aos exercícios das unidades que haviam sido convocadas para a invasão do Uruguai. Estas estavam preparadas para, a qualquer momento, serem deslocadas rumo à fronteira; aguardavam nos quartéis o resultado das eleições de 1971. Porém, configurada a derrota do *Frente Amplio*, a operação foi desativada. Anos depois, o coronel descobriria qual o papel que lhe teria cabido na Operação Trinta Horas: comandar a Brigada da Cavalaria Mecanizada.

Novas declarações vieram a público, em janeiro de 2007, quando, em um programa de televisão do Rio Grande do Sul, o general Ruy de Paula

Couto, ex-chefe do III Exército, anunciou que foi Pacheco Areco quem solicitou que tropas brasileiras invadissem o Uruguai, se o *Frente Amplio* ganhasse as eleições.⁷ Segundo o general brasileiro, o governo uruguaio sabia da possibilidade da invasão do território do seu país, mas as Forças Armadas não faziam oposição, pois apoiariam um golpe de Estado que perpetuasse o presidente Pacheco Areco – caso este fosse derrotado nas suas aspirações à reeleição e a vitória pendesse para a esquerda.

Ruy de Paula Couto foi agregado militar na Embaixada do Brasil em Montevideu, de 1967 a 1969. Era amigo íntimo do então ministro da Defesa do Uruguai, general César Ramón Borba Tadeo, que teria sido o interlocutor do governo uruguaio nas articulações da Operação Trinta Horas. O ministro Borba havia sido aluno de Ruy de Paula Couto na Escola Superior de Guerra. O depoimento do militar brasileiro, em 2007, confirmou algo que se suspeitava desde aquela conjuntura: o governo Pacheco Areco teria pedido auxílio à ditadura brasileira, solicitando apoio militar e ajuda na reforma dos serviços de inteligência. Dessa forma, o general Médici o teria enviado a Montevideu para cuidar da situação com o ministro da Defesa. O acordo entre os dois governos implicava que o Exército uruguaio enviasse oficiais para serem treinados em Porto Alegre, tomando contato, então, com a oficialidade do III Exército do Brasil. Assim, o general Ruy de Paula Couto afirmou que o Exército uruguaio agiria conjuntamente com o Exército brasileiro para impedir que o *Frente Amplio* assumisse a presidência no Uruguai. Cabe registrar que tais palavras não foram censuradas nem desmentidas pelos governos e Forças Armadas de ambos os países.

Esse processo de repressão, autoritarismo e crescente presença das Forças Armadas no governo *democrático* acabou resultando, finalmente, no golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, quando se instalou uma ditadura, apesar da forte resistência da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) que conclamou os trabalhadores a uma greve geral que durou quinze dias. Os setores golpistas uruguaio receberam ajuda da ditadura brasileira,

⁷ RODRÍGUEZ, Roger. Operación Treinta Horas. La República, Montevideo, 15 ene. 2007. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.uy>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

fornecendo linhas de financiamento ao governo de Bordaberry e ajudando no combate dos “focos subversivos”. Além disso, o Brasil apoiou diretamente o golpe de Estado, embora poucas sejam, ainda, as informações sobre sua participação efetiva. Na época, foi denunciado que o governo brasileiro “enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$ 815.000” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 246-246).

Essas denúncias foram realizadas por Wilson Ferreira Aldunate, quando se encontrava no exílio, em Buenos Aires. Entretanto, essa versão foi refutada por Bordaberry, alegando que os caminhões haviam sido comprados pelo Exército uruguaio. Segundo o presidente, a fim de se economizar no transporte marítimo, foram enviados motoristas ao Brasil para que os caminhões fossem trazidos por terra. Desse modo, o que Ferreira Aldunate denunciava como uma invasão brasileira nada mais era do que a chegada de uma frota de caminhões pertencentes às Forças Armadas do Uruguai (PADRÓS, 2005).

Conforme informações do próprio embaixador norte-americano em Santiago do Chile, Nathaniel Davis (1990), a ditadura brasileira exerceu uma forte atuação no apoio à deflagração do golpe de Estado neste país. Segundo ele, o embaixador brasileiro, Antonio da Câmara Canto, convidou-o para planejarem e coordenarem ações para derrubar o governo socialista de Salvador Allende. Essas medidas foram corroboradas pelo embaixador norte-americano anterior, Edward Korry, ao afirmar que o “real apoio técnico e psicológico [ao golpe] veio do governo militar do Brasil” (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 246). O Brasil chegou a posicionar navios na costa do Pacífico, caso fosse necessária a intervenção. Na tarde do dia 11 de setembro de 1973, Câmara Canto atendia ao telefone respondendo: “Ganhamos” (GASPARI, 2004). A ditadura brasileira não tardou em reconhecer o novo governo.

Empresários brasileiros passaram a financiar e fornecer vários carregamentos de armas e munições para abastecer o grupo de extrema-direita chileno *Patria y Libertad*, entre os anos de 1972 e 1973, saindo do porto de Santos, no estado de São Paulo, dirigindo-se para Valparaíso: “a própria CIA detectou uma conexão financeira entre os conspiradores

chilenos e o empresariado estabelecido no Brasil” (GASPARI, 2004, p. 355). Outro caminho utilizado para contrabandear as armas era a Bolívia do general Banzer. O embaixador brasileiro chegou a dar asilo a um dos integrantes do *Patria y Libertad* por ocasião de uma tentativa de golpe fracassada contra o governo de Salvador Allende, o *Tancazo*, em junho de 1973. Percebe-se, então, como a diplomacia brasileira continuou agindo nos países da região sob os auspícios da Doutrina de Segurança Nacional.

Assim, o Brasil, em consonância com os interesses dos Estados Unidos, apoiou os golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile, mas também porque estavam de acordo com seus próprios interesses e objetivos, na medida em que, aspirando ao status de grande potência, tratava de estabelecer a hegemonia sobre a América do Sul. O caráter militar e autoritário do regime, combinado com o sucesso econômico, exacerbou o nacionalismo [...] no sentido ofensivo, imperialista, o que, em realidade, refletia a violência da expansão capitalista do país. E o Governo de Médici, a instigar esse nacionalismo de direita com os *slogans* “ninguém segura este país”, “Pra frente Brasil”, “Brasil Potência”, etc., não selecionou os meios para justificar os fins (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 347).

Uma das manifestações mais contundentes dessa nova política brasileira foi a celebração do Tratado de Itaipu, em 1973. As ditaduras brasileira e paraguaia assinaram um acordo para a construção de uma hidrelétrica – a terceira maior do mundo – localizada em Sete Quedas, no rio Paraná, na fronteira entre os dois países. Sua capacidade foi estimada em dezoito milhões de quilowatts, suficientes para cobrir a demanda da rede elétrica brasileira e de garantir o abastecimento do Paraguai por cinquenta anos.

Tal acordo foi rechaçado pela Argentina, sob a alegação de que este era prejudicial à economia do país, além de não ter sido consultada sobre a construção da hidrelétrica e a utilização do rio Paraná (que atravessa Brasil, Paraguai e Argentina), quando da visita do general Alejandro Lanusse ao general Médici, em 1972. Suas principais divergências eram que a hidrelétrica poderia resultar até mesmo na incorporação econômica da região argentina que faz parte da Tríplice Fronteira. Para tanto, “baseavam-se nos próprios

receios e num trecho do *Conjuntura política nacional – O poder executivo e geopolítica do Brasil*, do general Golbery, em que ele chamou de ‘fronteira viva’ a linha que separa os dois países na altura da mesopotâmia argentina” (GASPARI, 2004, p. 363). Além disso, os militares argentinos consideravam que o Paraguai ficaria definitivamente sob influência brasileira.

A hidrelétrica de Itaipu também foi atingida pelos órgãos de informação e de repressão. Segundo Nilson Mariano, a ditadura brasileira instalou agentes de espionagem a fim, entre outros, de localizar militantes de esquerda do Cone Sul. O jornalista chama a atenção para dois informes, produzidos em 1973, originários da assessoria de segurança da hidrelétrica, sobre a chegada de 19 argentinos ao Paraguai, escritos em português: “Os elementos têm vinculação com grupo subversivo recentemente desbaratado pelas forças de segurança da Argentina” (MARIANO, 2003, p. 247). Aluizio Palmar também fez declarações nesse sentido. Analisando a documentação da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, o jornalista descobriu uma rede de informações montada em Itaipu, que funcionou de 1973 a 1988.⁸ No Brasil, foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), na própria hidrelétrica, tendo sido criado um órgão similar pela ditadura de Stroessner. As principais bases da AESI estavam localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Foz do Iguaçu, Assunção e Ciudad del Este (na época, Ciudad Puerto Presidente Stroessner). Sua principal função era espionar os funcionários da hidrelétrica e candidatos a vagas de empregos, assim como os moradores de Foz do Iguaçu. Paraguaio, uruguaio, chileno e argentino que trabalhavam nas obras eram os mais vigiados, destacadamente a partir da montagem da Operação Condor.

Essas polêmicas intensificaram os debates, principalmente nos países da região, sobre a utilização do conceito de subimperialismo para as políticas desenvolvidas pela ditadura brasileira para o restante da América Latina. Se bem que essas discussões começaram antes do período dos “anos de chumbo”, como, por exemplo, na obra do historiador uruguaio Vivian

⁸ PALMAR, Aluizio. Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor. El Correo de la Diáspora Argentine. Disponível em: <<http://www.elcorreo.eu.org>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

Tríás, Imperialismo e geopolítica en América Latina, escrita em 1967, foi nesse momento que o conceito começou a ser mais aplicado, principalmente em função da elaboração da doutrina Nixon-Kissinger. Outro autor que trabalhou com o conceito de subimperialismo brasileiro e com a noção de “satélite privilegiado” foi Paulo Schilling.

Qualquer projeto para a América Latina não poderia excluir o importante papel do Brasil como interlocutor do subcontinente latino-americano dentro do sistema internacional. O Brasil continuaria mantendo sua inserção dependente no sistema capitalista, mas sendo o principal aliado dos Estados Unidos na região. A teoria dos “satélites privilegiados” viria a ser reforçada pela doutrina Nixon-Kissinger. Esta estabelecia que os Estados Unidos passariam a promover o equipamento dos exércitos de cada país aliado a fim de que eles próprios assumissem a defesa de seu território, sem a necessidade da intervenção direta norte-americana, esperando que “outras nações fornecessem mais guardas para a ronda de sua própria vizinhança”. Dessa forma, o secretário de Estado Henry Kissinger (1973-1977),⁹ juntamente com o presidente Richard Nixon (1969-1974), selecionou quatro países para colaborar estreitamente com a política norte-americana: o Japão, no Extremo Oriente; o Irã, no Oriente Médio; a República Federal da Alemanha, na Europa Ocidental; e o Brasil, na América Latina. Assim, havia, de um lado, o intervencionismo norte-americano na região, que se somava à geopolítica de expansão ideológica do Brasil.

Uma das doutrinas elaboradas pela ditadura brasileira que ia ao encontro da concepção de “satélite privilegiado” era a “Teoria do Cerco”. Apesar de não conseguir se estimar com certeza o momento de sua criação, ela foi fortemente difundida a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Essa teoria postulava que a ditadura brasileira estava literalmente “cercada” por governos “marxistas” ou, então, grupos considerados de esquerda que poderiam vir a tomar o poder, e que ameaçavam o equilíbrio

⁹ Henry Kissinger foi nomeado primeiramente Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos pelo presidente Richard Nixon, no período de 1969 a 1973. Dias após o golpe de Estado no Chile (22 de setembro de 1973), foi nomeado Secretário de Estado, permanecendo no cargo até 1977.

regional e, em decorrência, a sua própria segurança nacional: os movimentos nacionalistas de Velasco Alvarado, no Peru, e de Torres, na Bolívia; a atuação de grupos de luta armada; a eleição da *Unidad Popular*, no Chile; a formação do *Frente Amplio*, no Uruguai. Para tanto, era necessário neutralizá-los antes que se fortalecessem e o comunismo avançasse na América Latina.

O projeto de “Brasil potência” tinha como meta fundamental “o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Até o final do século [...] construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência” (MENEZES, 2007, p. 67). Tendo como eixos o “milagre econômico” e a exportação da contra-insurgência, a política externa brasileira durante os “anos de chumbo” almejava uma posição melhor na geopolítica imperialista. Desse modo, o Brasil assumiria o papel de país-chave na região, ou seja, exerceria o subimperialismo, conforme explicitado no famoso discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em 1971, dizendo “para onde o Brasil for, irá toda a América Latina”, que, entretanto, oficialmente, o Brasil tanto se empenhou em desmentir.

Esse posicionamento da ditadura brasileira, buscando sua inserção no capitalismo dependente e tencionando ser o principal aliado dos Estados Unidos na América Latina, era facilmente percebido pelos países da região, conforme se apreende do fragmento abaixo, referente ao discurso do chanceler da Costa Rica em visita ao país: “El Brasil no pretende ejercer hegemonia en América Latina. Pero su esfuerzo por desarrollarse y distribuir los frutos de su progreso económico y social con otras naciones le otorgó un liderazgo legítimo en nuestra región que Costa Rica se complace en reconocer”.¹⁰

¹⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama recebido pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 6/ carpeta 2. Sem identificação.

Bibliografia

- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 251 p.
- DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. 520 p.
- DIAS, Sônia. Médici, Emílio Garrastazu. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2001. v. 3. p. 3678-3692.
- DUROSELLE apud MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. p. 365-399.
- El Informe Rockefeller. *Marcha*, Montevideo, 2. sección, 28 nov. 1969, p. 1-3.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 538 p.
- GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. 141 p.
- MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. 324 p.
- MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande"*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: UnB, 2007. 155 p.
- MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. v. 4. p. 173-213.

Ananda Simões Fernandes

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. 336 p.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005. 874 p.
- PALMAR, Aluizio. Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor. *El Correo de la Diáspora Argentine*. Disponível em: <<http://www.elcorreo.eu.org>>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- RODRÍGUEZ, Roger. Operación Treinta Horas. *La República*, Montevideo, 15 ene. 2007. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.uy>>. Acesso em: 18 jan. 2007.
- SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978. 308 p.
- TRÍAS, Vivían. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967. 396 p.